

Parlamentares financiam entidades

Dinheiro público sustenta fundações criadas por deputados e senadores

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — Deputados e senadores distribuíram a entidades das quais são proprietários, a sindicatos urbanos e rurais e a setores das igrejas católica e evangélica, Cr\$ 7,27 bilhões do orçamento da União, a título de subvenção social. Os valores referem-se a dezembro, quando o Congresso aprovou o orçamento geral da União. Este dinheiro ainda não chegou nos endereços beneficiados e parlamentares da oposição temem que o governo e os interessados negociem a liberação das verbas em troca de votos no Congresso.

A generosidade com as verbas públicas atendeu, especialmente, a Fundação Amazônia Internacional (FAI), fundada em fevereiro de 1989 pelo senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC) e pela mulher, a deputada Zila Bezerra (PMDB-AC): a entidade obteve Cr\$ 24,9 milhões do orçamento. Os dois apresentaram emendas apenas para assegurar dinheiro à fundação.

A FAI tem dois escritórios: em Rio Branco (AC) e no gabinete do senador Bezerra, em Brasília, onde despacha o funcionário Márcio Alencar. Segundo ele, a entidade trabalha com os "soldados da borracha" — reservistas que, para não lutar na Segunda Guerra, optaram por trabalhar na extração de borracha. "Já aposentamos mais de 2 mil pessoas", contou ele. "Gratuitamente."

A distribuição do dinheiro do orçamento não tem cor ideológica ou partidária. A deputada Raquel Cândido (PTB-RO) garantiu repasses de Cr\$ 12,9 milhões para o Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido (nome da mãe da parlamentar), encarregado de prestar assistência social. O deputado Sérgio Barcellos (PFL-AP) deu Cr\$ 11,9 milhões à Fundação São Francisco de Assis (Fundassis), entidade criada por ele e dirigida por sua mulher, Maria do Socorro Fagundes Lacerda, encarregada de promover mutirões para consultas médicas, odontológicas, expedição de documentos e fotografias.

A Fundação Anísio Teixeira, de São João do Piauí (PI), ganhou Cr\$ 8,3 milhões, graças à uma emenda do deputado Paes Landim (PFL-PI), que assim ajudou o irmão Murilo Paes Landim, presidente da fundação. A Fundação Serviço Social de Pedro II, também no Piauí, ligada ao deputado Ciro Nogueira (PFL-PI), ficou com Cr\$ 8,7 milhões.

Muitos parlamentares se preocupam em batizar com nomes diferentes as entidades que fundam, para evitar a identificação. Outros, porém, não disfarçam. É o caso, por exemplo, da Fundação Elias

João Tajra, do deputado Jesus Tajra (PFL-PI), que recebeu Cr\$ 9,2 milhões, da Fundação Teotônio Vilela, do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), com Cr\$ 9,2 milhões ou da Fundação Júlio Campos, do senador Júlio Campos (PFL-MT), com Cr\$ 12,9 milhões.

A Fundação Dinarte Mariz, do Rio Grande do Norte, ligada ao senador Lavoisier Maia (PDT-RN) e batizada com o nome de um dos políticos mais tradicionais do Estado, conquistou Cr\$ 9,2 milhões do orçamento, para "promover seminários e congressos", segundo definição do deputado Aluizio Alves (PMDB-RN). Em Minas Gerais, a Fundação Ensino Superior do Oeste de Minas, de Formiga, recebeu Cr\$ 1,8 milhão. Detalhe: o reitor licenciado da Fundação Oeste de Minas é o deputado Marcos Lima (PMDB-MG).

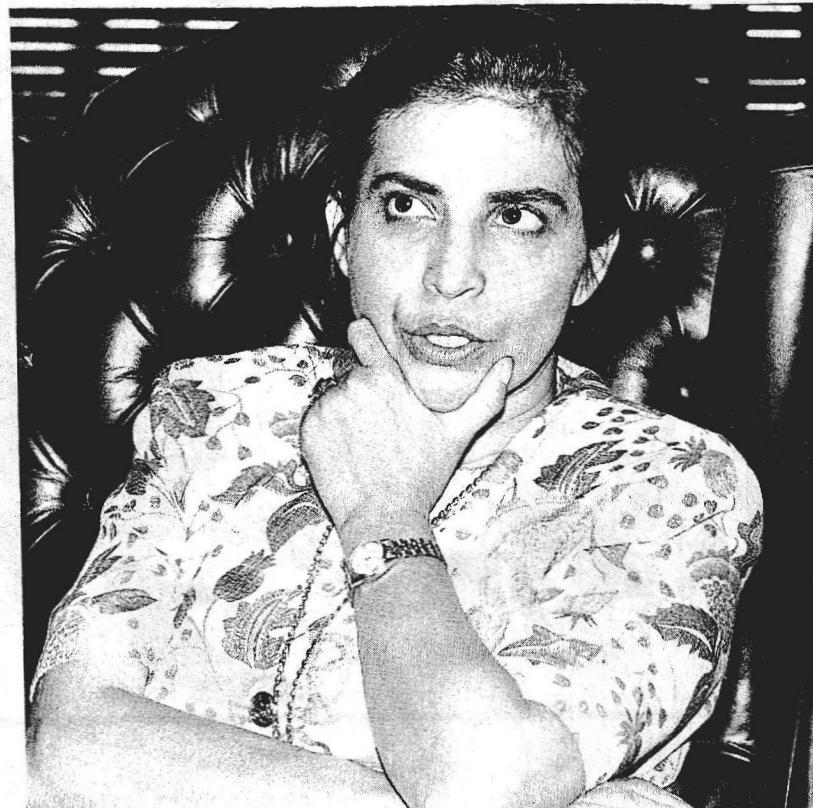
Temor — Tais fatos levam o senador Magno Bacelar (PDT-MA), entre outros, à preocupação. Ele teme que a liberação das verbas, seja condicionada pelo governo à aprovação de projetos de interesse do presidente Fernando Collor no Congresso. "Podemos comparar estas entidades com as rádios do Sarney", afirmou, referindo-se à concessão de emissoras de rádio e TV negociadas no governo José Sarney em troca dos cinco anos de mandato para o presidente. Bacelar acredita que os parlamentares poderão exigir a liberação do dinheiro em troca de votos para o governo.

No final do mês, em aparte a um discurso de elogios à política de austeridade de Collor, feito pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), Bacelar alertou que tal rigor estava ameaçado pelas subvenções a entidades particulares, incluindo, os institutos e fundações pertencentes aos parlamentares.

Na Câmara, o deputado Adylson Motta (PDS-RS), contrário à subvenção para as entidades pertencentes a parlamentares, antecipa o fim desse "vício" no orçamento de 1993. "Vamos discutir cada setor do orçamento nas comissões permanentes", anunciou. "Não é possível continuar do jeito que está."

O sub-relator do orçamento deste ano, deputado Messias Góis (PFL-SE), explicou que as subvenções sociais são destinadas em igual quantidade para os 503 deputados e 81 senadores. Cada um manipula a sua verba, apresentando uma ou mais emendas. Assim, o senador Aluizio Bezerra e a deputada Zila Bezerra gastaram tudo na Fundação Amazônia Internacional. Enquanto isso, um mesmo grupo destinava à Fundação Oeste de Minas Cr\$ 1,8 milhão e Cr\$ 8,8 milhões para a Fundação Ensino Superior de Itaúna.

Luiz Prado/AE — 4/9/92



Aval materno

Raquel Cândido: Cr\$ 12,9 milhões para Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido